



Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Complexo Automotivo de Testes e Lazer SP- Races”, de responsabilidade da Projeção Participações Ltda., realizada na cidade de Cabreúva, em 1º de março de 2007.

Realizou-se, no dia 1º março de 2007, às 17h00, na Câmara Municipal de Cabreúva, Av. Major Antonio da Silveira Camargo, 395, Centro, Cabreúva-SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Complexo Automotivo de Testes e Lazer SP-Races”, de responsabilidade da Projeção Participações Ltda. (Proc. SMA nº 13.694/06). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas-vindas a todos os representantes do Poder Executivo, na pessoa do Exmo. Senhor Prefeito do Município de Cabreúva, Antonio Carlos Mangini, e do Poder Legislativo, na pessoa do Vereador Henrique Martin, e os militares presentes, na pessoa do Cel. Sebastião Martins de Oliveira, como também aos representantes dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil e das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar dessa audiência sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento “Complexo Automotivo de Testes e Lazer SP-Races”, de responsabilidade da Projeção Participações Ltda. (Proc. SMA nº 13.694/06). Declarou que tinha a missão de inicialmente de compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN e Diretora do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental/DAIA, Neide Araújo. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou a palavra à representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais/CPRN e Diretora do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, Neide Araújo, que comentou encontrar-se esse projeto na fase inicial do processo de licenciamento e que essa audiência pública tinha como objetivo recolher opiniões e sugestões da população mais próxima da área onde se implantará o empreendimento, os quais seriam levados em consideração, pelo DAIA, ao analisar os estudos e os pareceres específicos fornecidos pelos demais órgãos do sistema estadual de licenciamento ambiental, como também a avaliação do Conselho Gestor de APA Cabreúva, e que, depois de avaliar todos esses estudos e pareceres, o DAIA verificará se existe necessidade ou não de se pedirem complementações, e, em caso positivo, concluirá a análise, reconhecendo ou não a viabilidade ambiental do projeto. Reconhecida a viabilidade, esse departamento elaborará parecer a ser encaminhado ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, que ratificará ou não a indicação feita pelo DAIA através de deliberação, com base na qual será concedida licença prévia pela SMA, e, cumprida algumas exigências, será concedida a licença de instalação – a qual autoriza o início da instalação do empreendimento -, passando-se para a fase seguinte, qual seja, a da concessão da licença de operação, que permite que o empreendimento comece a funcionar. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. Luiz Roberto de Souza, representante do Grupo Projeção Participações Ltda., apresentou o projeto, e Ana Lydia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Machado, representante da P.A. Brasil, apresentou os estudos ambientais. Passou-se à fase em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Heitor Marzagão Tommasini ofereceu os seguintes esclarecimentos: 1) que fazia parte do movimento ambientalista e tinha assento no Consema com o objetivo principal de levantar as questões de impacto ambiental que podem fazer parte dos empreendimentos que estão sendo licenciados, e que, muitas vezes, não são detectados adequadamente do ponto de vista das entidades ambientalistas e da percepção da sociedade civil; 2) que fazia parte do Movimento Defesa São Paulo, que discutia o que havia acontecido durante o processo de desenvolvimento da cidade de São Paulo, que era um verdadeiro caldeirão de problemas em que se havia transformado; 3) que, muitas vezes, quando uma cidade cresce e obtém mais recursos financeiros, esses recursos, na maioria das vezes, não cobrem as despesas que a cidade terá nem resolverá os problemas que criaram, principalmente se esse crescimento não se orienta pelos critérios imperativos para as pessoas que vivem na cidade: 3) que a função de qualquer cidade é oferecer, aos seus habitantes, aquilo que estes desejam para que possam viver dignamente; 4) que os habitantes da Cidade de São Paulo tentam resgatar o que não poderia mais ser resgatado, enquanto que os moradores do Município de Cabreúva viviam em um verdadeiro paraíso ambiental – áreas extremamente preservadas e rodeadas de maciços florestais importantes, de um patrimônio histórico e cultural riquíssimo -, e que isso tinha de ser equacionado; 5) que qualquer empreendimento, qualquer atividade, o próprio crescimento urbano proposto pelo Plano Diretor, que deve ser amplamente discutido, tem de observar esses critérios do ponto de vista da percepção da sociedade, ou seja, o que esta quer para Cabreúva, o que pretende que ela seja no futuro e o que ela própria, sociedade, deseja viver no futuro - sua expectativa em relação à cidade a longo prazo, isto é, daqui a vinte ou cinquenta anos; 6) que o movimento ambientalista pretende ver implementada aquela teoria do crescimento que sustenta a cidade, ou seja, aquele que não só contempla o ponto de vista econômico, mas também o ponto de vista da saúde humana e da qualidade de vida dos moradores; 7) que essa é a contribuição que o movimento ambientalista pode oferecer para que o debate se enriqueça, e, inclusive, para que os próprios empreendedores o conheçam, e essa contribuição outra não é senão discutir para onde está caminhando o processo de desenvolvimento urbano; 8) que consultou o EIA/RIMA e, antes, participara da discussão do Plano de Trabalho que orientou a elaboração desse estudo, ocasião em que várias questões foram apontadas e houve, até mesmo, discordância em relação a alguns pontos de vista colocados pelo empreendedor, precisamente aqueles que diziam respeito aos ruídos gerados por esse empreendimento – e isso com base nos dados oferecidos pelo próprio empreendedor -, uma vez que a essência desse empreendimento é ruídos, o que é preocupante principalmente considerando-se que a OMS afirma que excesso de ruído provoca problemas na saúde humana, essencialmente para o órgão auditivo, e que, mesmo que ele não chegue a causar surdez, o ruído constante ou em um nível mais alto pode provocar pressão alta, estresse, gastrite, como afirma essa organização; 9) que, portanto, faz-se necessário um rigoroso controle para que a saúde seja protegida, principalmente porque esse empreendimento se instalará nas proximidades de bairros residenciais, e a preocupação com a vida humana, com as pessoas que estão no entorno deve ser a preocupação predominante do empreendedor; 10) que o próprio empreendedor informou que a medição feita comprovou que os ruídos alcançariam 53 decibéis e que a legislação para esse empreendimento permite que ele chegue a 70; 11) que se tem de levar em conta que se trata de uma pista de corrida que servirá para competições e que, portanto, nela correrá todo o tipo de automóvel e, muitas vezes, mais de vinte automóveis com escapamentos abertos – fala-se, até, que o empreendedor tem interesse de que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ocorram competições de Fórmula 1 – sem dúvida cria chance de o volume alcançar o máximo permitido pela legislação; 12) que, além da população, existe uma fauna a ser protegida – com animais de espécies ameaçadas de extinção -, e mesmo que pertençam a espécies comuns cada ave deve ser protegida, pois se trata de vida, e não se pode esquecer que a principal espécie ameaçada é o homem; 13) que, por esses motivos, deve ser feita uma medição rigorosa e colocadas barreiras de proteção para que os ruídos não extravasem os limites, mas se tem de levar em conta que essa é a essência do empreendimento; 15) que a quantidade de água que esse empreendimento utilizará é significativa, principalmente se se leva em conta que ele contratará cerca de 500 pessoas para trabalhar no período de pico, o que deve elevar a preocupação também com o uso da água; 16) que esse grande número de pessoas também afetará a mobilidade/circulação dos moradores no entorno da cidade, o que torna necessário conhecer como será atendido o incremento na demanda por serviços básicos – se é preciso ou não executar o alargamento das ruas - e como isso interferirá na vida da cidade, ou seja, como a população e a estrutura urbana se comportarão; tudo isso deve ser detalhado em um estudo de impacto da vizinhança; 17) que a qualidade das águas é outra questão importante, porque o empreendimento conta com um sistema de esgotos, o que demanda uma certa quantidade de água, e outra questão fundamental diz respeito à poluição difusa, principalmente levando-se em conta que o empreendimento servirá também de pista de testes de empresas automobilísticas, atividade esta que terá como resultado uma série de produtos, como vazamento de óleo, álcool e gasolina, partículas de pneu, ou seja, uma série de produtos químicos que ficarão no asfalto ou em seu entorno, e que, com as chuvas, serão levados para o lençol freático e contaminará a água, o que exige a construção de um sistema ao longo das pistas, para que os lençóis freáticos não sejam contaminados; 18) que foi dito não ser a água muito boa, mas isso resultava do fato de os esgotos não serem tratados antes de lançados, e que se tinha de exigir tanto do empreendedor como da Prefeitura que construíssem a estação de tratamento de esgotos, evitando-se, assim, a poluição/contaminação dos rios; 19) que, também contribuiria para a produção de ruídos os helicópteros, pois, como foi dito, será construído um heliponto; 20) que a paisagem de Cabreúva era uma das mais belas do Estado de São Paulo, pois se tratava da espinha mortal de uma cadeia, de um maciço de montanhas, e o empreendedor deveria preocupar-se para que o projeto não causasse nenhum dano nesse patrimônio, ou seja, não interferisse nesse bem inestimável da população; 21) que outro dado importante era a indução à ocupação que esse empreendimento promoveria, e que isso deve ser equacionado através de estudo de impacto de vizinhança, o que torna esse documento imprescindível; 22) e, por último, reconhecia que uma das premissas do Estudo de Impacto Ambiental era propor alternativas de localização, o que parece não ter sido considerado nesse estudo, uma vez que se escolheu uma cidade para sua implantação, embora com certeza existissem em seus arredores locais mais adequados para construção de pistas de corridas e de ponto de helicópteros, o que não impediria fossem o município e a cidade beneficiados; 23) que essas considerações tinham como objetivo apresentar problemas técnicos que poderiam ser reconhecidos pelo empreendedor, e que a população tinha o direito de apoiar ou contestar a obra durante a audiência, pois esse procedimento constituía-se em um verdadeiro exercício democrático, na medida em que seu objetivo era ouvir a sociedade, o que se incluía o empreendedor, ao justificar seu empreendimento, e, ao movimento ambientalista quando mostrava a necessidade de se preservar a cidade e trazer para ela o desenvolvimento que merece, como a preservação da qualidade de vida e de seus recursos naturais. Passou-se à palavra ao representante do Comdema, Roque Mário Poltronieri, que fez os seguintes comentários: 1) que é arquiteto e trabalha na Prefeitura há vinte anos, e, portanto, conhecia



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

bem a região e considerava que, apesar dos impactos que a obra causaria, não havia outra alternativa de localização; 2) que, por outro lado, considerava que a questão dos efluentes não havia sido bem tratada; 3) que o município pertencia à Bacia Hidrográfica de Pirai e achava que a formação de um consórcio seria a melhor forma de resolver os problemas do tratamento de efluentes e sua disposição nessa bacia, e que essa seria uma alternativa a ser considerada pelo empreendedor; 3) que a inexistência de solução para esse problema é o obstáculo que o desenvolvimento do município tem-se deparado, motivo por que se deve pensar em estratégias para superá-lo e uma delas era o enquadramento do Ribeirão Pirai dentro dos parâmetros de qualidade; 4) que, sem dúvida, o empreendimento impulsionaria o desenvolvimento local e a iniciativa privada e os órgãos públicos poderão somar com o município envidando esforços para que tal enquadramento se tornasse viável. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. Antonio Carlos Mangini, Presidente da Câmara de Vereadores de Cabreúva, comentou ser favorável à implantação desse empreendimento, desde que todas as exigências ambientais sejam cumpridas, que esse empreendimento constituiria um divisor de águas da história do município, que se dividirá em antes e depois da implantação do SP Races, empreendimento este que apoiava, pois ele geraria três mil empregos, incrementaria o turismo local, promoveria o aumento da arrecadação de impostos, permitindo que o município utilizasse esse acréscimo do ISS na implementação de políticas que possibilitassem a melhoria da qualidade de vida do município, entre as quais, futuramente, a instalação de uma Companhia da Polícia Militar, que substituirá o Pelotão existente, triplicando-se, desse modo, o atual efetivo militar. Reiterou seu apoio a esse empreendimento e agradeceu ao empreendedor ter escolhido o município de Cabreúva para instalar uma obra de tal porte. Henrique Martin, Vereador do Município de Cabreúva, depois de dar parabéns aos membros do Grupo Projeção pelo trabalho e de agradecer a escolha do município, comentou que eram pertinentes algumas das observações feitas pelo ambientalista Heitor Marzagão Tommasini, embora ele não morasse em Cabreúva. Declarou que, com certeza, a Secretaria de Meio Ambiente, os órgãos municipais e estaduais estavam acompanhando o processo de implementação desse projeto e cobrando a obediência à legislação. Comentou, ainda, que um dos grandes problemas enfrentados no município era a ausência de empregos, motivo pelo qual a instalação desse empreendimento em Cabreúva lhe traria alegrias, o que lhe fazia apelar para que fosse escolhida a mão-de-obra existente no município e firmado um acordo formal entre o empreendedor e os Poderes Executivo e Legislativo locais visando essa finalidade, o que seria fundamental para o desenvolvimento e crescimento de Cabreúva. Evandro Tomani, vereador do Município de Cabreúva declarou que, em conjunto com os demais vereadores do município, formou uma comissão com a tarefa de analisar minuciosamente todo o projeto, o qual, além de trazer impactos positivos como a geração de renda e de empregos, também fomentará a economia local e estadual e, até mesmo, nacional, como uma excelente alternativa de lazer. Declarou, ainda, que a implementação e o desenvolvimento do empreendimento seriam acompanhados de perto pelo Poder Legislativo local, que exigiria fossem cumpridas as exigências legais e repassaria essas informações para a população. Inivaldo dos Santos, Vereador do Município de Cabreúva declarou que agradecia a Deus a oportunidade de o município de Cabreúva ter sido escolhido para receber este empreendimento, porque a cidade passará a ser a “menina dos olhos” de toda região. Argumentou que essa sua afirmação se devia ao fato de os empreendimentos muitas vezes serem instalados sem seguir uma rotina de preparação, o que causava impactos irreversíveis ao meio ambiente, e que o SP Races era diferenciado nesse sentido, pois sua implantação era precedida de inúmeros estudos - sobre o meio ambiente, a população local e os futuros frequentadores do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

autódromo - e contava com apoio integral dos Poderes Executivo e Legislativo locais, que colocaram à disposição do empreendimento toda a infra-estrutura local existente. Comentou, ainda, que os municípios vizinhos tinham interesse de que o SP Races se instalasse em seus territórios, do mesmo modo como, no passado, Cabreúva teve o sonho – e esse seu sonho não se realizou – de abrigar uma unidade da Coca-Cola, mas que, com certeza, esse insucesso não se repetirá, porque a atual Administração lutará para que o SP Races se instale no município, e que esse empreendimento mudará a vida de seus moradores porque tornará Cabreúva conhecida nacional e internacionalmente. Ao concluir pediu a Deus que iluminasse os empreendedores para que utilizasse a tecnologia adequada - e esse empreendimento era tecnologia – para que não se causassem impactos irreversíveis ao meio ambiente. Cláudio A. Giannini, Prefeito do Município de Cabreúva, declarou que ratificava tudo o que fora dito, que esse empreendimento não seria apenas um divisor de água para Cabreúva, mas, sim, um marco na história de seu desenvolvimento e no da região, e que aos ambientalistas dizia que não era um prefeito aventureiro, que pensava só no desenvolvimento econômico, financeiro e social, pois pensava também no meio ambiente. Declarou que, como todos sabiam, a Serra do Japi havia sido tombada pelo Condephaat logo após sua eleição, e que, mesmo sem ter tomado posse, convocou todos os prefeitos em cujos territórios encontravam-se a Serra do Japi - que ocupava 40% dos 274 quilômetros quadrados do município de Cabreúva - e sua preocupação era a pressão que os loteadores poderiam exercer sobre os proprietários de fazenda, motivo por que, juntamente com esses prefeitos, solicitou ao Governador o imediato tombamento da Serra do Japi. Declarou que, embora não fosse um ambientalista de formação acadêmica, acreditava que, se os ambientalistas há vinte e quatro anos tivessem tido o cuidado que hoje têm de proteger o Rio Tietê – que serviu de caminho para os Bandeirantes –, hoje esse rio não possuiria o passivo ambiental que o município de Cabreúva herdou. Comentou, ainda, que a licitação da estação de tratamento esgoto do Jacaré já fora encetada, embora tenha havido embargos dado o grande volume de dinheiro, e que a Sabesp assumiria também esse compromisso, não só em virtude da pressão e imposição feitas pela Administração Municipal de Cabreúva, mas também em virtude do compromisso que assumiu em um Termo de Ajustamento de Conduta com a cidade de Salto. Declarou igualmente: 1) que em 1984, se dirigiu ao governador e pediu duas estações de tratamento de esgoto para o município; 2) que o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais têm acompanhado o esforço desse município pobre no que diz respeito ao funcionamento do aterro sanitário, que, antes sequer era licenciado, e, hoje, era bem avaliada pelos órgãos ambientais; 3) que criou no seu governo a Secretaria do Meio Ambiente, que contava com biólogos e técnicos ambientalistas que, diuturnamente, ofereciam treinamento para prevenção ambiental, que era uma estratégia muito importante; 4) que, ao analisar ao empreendimento, tiveram certeza absoluta de que os empreendedores eram pessoas sérias e, na certidão de permissão de uso do solo que fornecera, encontram-se vinculados os parâmetros pertinentes às necessidades de proteção ambiental da cidade – dessa certidão constavam, por exemplo, a preocupação do Município de Cabreúva com o impacto ambiental e de vizinhança, pois esta cidade era, hoje, rota de aviões, de *airbus* e Boeing, embora isso não tenha provocado nenhum impacto na Serra do Japi; 5) e que essa preocupação, com a maturidade que obteve de 1983 até hoje, estava muito mais aperfeiçoada; 6) que dera prosseguimento, juntamente com a Vice-Prefeita, à busca de transformar Cabreúva em uma estância turística, para o que era necessário qualidade do ar, de pousadas e hotéis, e, também, segurança; 6) que têm fornecido todos os dados necessários aos empreendedores e acompanhado passo a passo o processo de licenciamento desse projeto; 7) que Cabreúva possuía muitas despesas e pouca receita e, embora ainda ocupasse o 389º lugar no índice



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

de desenvolvimento, isso não era muito preocupante porque esse lugar se relacionava com os demais 645 municípios existentes, e que isso não era uma vergonha porque esse índice vinha melhorando nos últimos dois anos, e, também, porque, com a implantação desse empreendimentos, com certeza outros se instalariam no município; 8) que voltava a dizer o que disseram os vereadores que aqui expressaram a vontade do Poder Legislativo, que apoiava esse empreendimento com as preocupações ambientalistas, pois, inclusive, fora refeito o plano diretor justamente porque continha máculas ambientalistas; 9) que dizia estar empreendimento totalmente adaptado às necessidades ambientais, motivo porque a Administração Municipal recebia-o de braços abertos – buscando, inclusive, sanar as deficiências existentes no município -, e que os empreendedores assumiram o compromisso de utilizar a mão-de-obra de Cabreúva, desde que atendessem às exigências técnicas, e os que vierem de fora receberiam um tratamento adequado; 10) que, por todas essas razões, agradecia a presença de todos. Passou-se à etapa das réplicas. Luiz Alberto de Souza, representante do Grupo Projeção e Participação Ltda., comentou: que: 1) o projeto teve uma preocupação fundamental com relação ao meio ambiente e ao posicionamento dos órgãos ambientais; 2) que o Estado de São Paulo era modelo de respeito ao ambiente, e que esse grupo escolhera instalar-se nesse Estado por constituir esse modelo; 3) que grande parte das colocações feitas estava contemplada no estudo e na avaliação de impacto ambiental, como por exemplo, em relação aos ruídos, pois estava sendo utilizada uma tecnologia francesa com experiência em empreendimentos dessa natureza em outros países, e que os parâmetros seriam atendidos; 4) que as simulações feitas mostraram a adequação dessa tecnologia com os parâmetros estabelecidos; 5) que, em relação ao compromisso assumido com a geração de emprego em Cabreúva, ele era fundamental para a viabilidade do empreendimento, pois ele só se constituirá efetivamente em uma alternativa de lazer se seu entorno tiver qualidade de vida, o que só acontecerá se for absorvida a mão-de-obra de Cabreúva e se não forem trazidas pessoas de fora que, com certeza, aumentarão a demanda pelos serviços de infra-estrutura; 6) que já estava sendo pensada a capacitação da mão-de-obra de Cabreúva; 7) que as preocupações do Poder Executivo de transformar o município de Cabreúva em instância turística só vinha a somar. Marco Tadeu, igualmente membro da equipe técnica responsável pelos estudos ambientais, comentou: 1) que os estudos estavam em estágio inicial e todas as preocupações apresentadas foram contempladas; 2) que o EIA/RMA não era aleatório, pois sua primeira fase era a proposta de roteiro de trabalho, que, analisada pela SMA, estava sendo seguido; 3) que esse estudo, nessa fase de elaboração, contemplou todos os aspectos propostos pela SMA. Heitor Marzagão Tommasini, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou que esse era o momento oportuno de se posicionar como sociedade civil, pois não era ambientalista profissional, mas, sim, por dedicação, que seu objetivo ao participar dessa audiência foi trazer as preocupações do movimento ambientalista e demonstrar que esse movimento quer o bem de Cabreúva. Comentou, ainda, que Paulo Nogueira-Neto, antigo e reconhecido ambientalista, dizia que, há quarenta anos, todos os ambientalistas cabiam em uma kombi, e, hoje, a própria mídia internacional demonstra a preocupação dos ambientalistas, o que levou a se exigir fossem elaborados estudos sobre empreendimentos que causam impactos ambientais e fez com que a sociedade e os governos reconhecessem a necessidade de se capacitarem. Comentou, igualmente, que, assim como os Vereadores e o Prefeito que aqui se manifestaram declararam sua preocupação com as questões ambientais, o movimento ambientalista também tinha grande preocupação a esse respeito, e sabia que eram os governos e a sociedade que tinham de fazer o controle social, e que, se ele houvesse sido feito anos atrás, não se teria criada a possibilidade de municípios, como o de São Paulo, lançarem seus passivos em outros municípios.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Comentou, ao final, que essa audiência pública era o supra-sumo da democracia, principalmente porque dá lugar a que a população, pelo regimento que a conduz, se manifesta, e faça isso antes dos Poderes Legislativo e Executivo, e esse processo democrático permite que ambientalistas de fora ofereçam sua percepção com a finalidade de contribuir para que o município de Cabreúva não venha a enfrentar os problemas que, hoje, São Paulo enfrenta, e que as questões colocadas deverão ser contempladas pelos estudos ambientais, pois eles serão, futuramente, analisados pelo Consema. Carlos Bocuhy, representante do Consema, comentou que: 1) a primeira questão que colocava não tinha sido respondida pelo empreendedor dizia respeito à alternativa de localização, ou seja, se ela havia sido contemplada, o que era importante dada a presença de população no entorno da área que foi escolhida, e que essa era uma questão importante por se tratar de uma exigência da Resolução Conama01/86, que estabelecia que todo o empreendimento que causasse impacto ambiental, justamente em decorrência de sua localização, fosse licenciado ambientalmente e que esse licenciamento fosse objeto de discussão pública; 2) que, sem dúvida, esse empreendimento traria benefícios para Cabreúva, mas também traria impactos, que não era a panacéia alardeada de que só traria benefício, porque alguns serão prejudicados, principalmente a população do entorno que sofreria com o problema de ruídos quando houvesse corrida e motor acelerado, e que, portanto, não se deveria fechar os olhos para aqueles que serão atingidos; 3) que outra questão dizia respeito à metodologia utilizada para avaliação do impacto sonoro na região, pois, pelo pouco conhecimento que tinha do funcionamento dos aeroportos de Cumbica e de Congonhas, achava que se deveria utilizar uma nova metodologia para ruído de fundo, partindo de 56 decibéis, porque, a partir do momento em que essa pista estiver funcionando, nenhuma partida parará porque esse limite foi atingido; 4) que outra questão dizia respeito aos acessos das estradas que serão utilizadas pelas pessoas que forem assistir às corridas, e que não estavam preparadas para isso; 5) que, em relação à poluição do Rio Tietê não era decorrência de falhas de ambientalistas, mas, sim, do Poder Público, que falhou com sua omissão por anos e anos, pois, mesmo àquela época, os ambientalistas tentaram fossem implementadas públicas, mas não foram atendidos; 6) que, nesse aumento de percepção e de consciência da sociedade, chamava atenção para a necessidade de não se cair na armadilha de achar que Deus abençoou a população de Cabreúva com uma pista de corridas de automóvel, pois perguntava se Deus nos abençoou com o aquecimento do Planeta causado pela utilização do mesmos combustíveis fósseis, e se ele também nos abençoou com a ganância que leva a sociedade a utilizar como meio de transporte combustível fóssil, ou seja, combustível não-sustentável e que condenava o Planeta a um futuro sombrio, em virtude dos problemas que a tecnologia não pode resolver; 7) que essa reflexão é necessária nesse momento para que não se utilize de falsos argumentos e se compreenda que as questões de impacto devem ser pensadas e encaradas de forma lúcida e racional, porque, quando o empreendedor vender a idéia do SP-Races, dirá que ele é muito próximo da mata atlântica, que é a riqueza dessa região, e é o que está preservado, a qual também vende um projeto viável do ponto de vista econômico. Ao concluir pediu ao DAIA que levasse em conta a questão dos ruídos, a nova tecnologia, e declarou que lamentava não ter ouvido à população que será atingida, pois era necessário que ela estivesse consciente dos prejuízos, o que talvez a levasse a exigir à implementação de outras formas de proteção. A Diretora do DAIA, Neide Araújo, declarou que a audiência cumpriu o seu papel, que era ouvir as preocupações e sugestões. Declarou, também, que os pedidos de esclarecimento formulados seriam respondidos pelo DAIA. O Secretário-Executivo, Germano Seara Filho, declarou que quem quisesse ainda contribuir poderia enviar sua colaboração, no prazo de cinco dias úteis, à Secretaria-Executiva do Consema, através dos Correios ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

protocolando-a diretamente nesse setor Foram encaminhados os seguintes documentos: 1) Ofício 01/2007 encaminhado pelo Conselho de Defesa do Meio Ambiente-Comdema-Cabreúva e assinado por sua presidente, com proposta relativa à aplicação de compensação ambiental; 2) Ofício GPD nº 0073/07, enviado pela Câmara de Vereadores do Município de Cabreúva. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação da Secretaria Executiva do Consema lavrei e assino a presente ata.

PS/ARP